

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

A **Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC**, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, do Decreto Municipal nº 2.994/2023-PMM, e demais legislação aplicável e demais normas aplicáveis.

Link: www.licitacacipemac.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço Global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Valor Estimado para a contratação: Sigiloso.

Data da entrega/Envio de proposta e documentos: 08h00 do dia 22/04/2024 até às 08h00 do dia 25/04/2024.

Data e hora da abertura e julgamento: 25/04/2024 das 09:00h até 15:00h

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PARQUES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**, de acordo com o Projeto Básico, em anexo.

2.0 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do portal de compras da CIPEMAC, através do endereço eletrônico www.licitacipemac.com.br.

2.2. O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município de Macapá, no portal da BR Conectados onde será realizada a sessão e no PNCP Portal Nacional de Compras Públicas.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras da CIPEMAC, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.1.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu (s) anexo (s);

2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.4.4. Autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- 2.4.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.4.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.4.11. O disposto na alínea “a” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.4.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.0. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma indicada no item 2.1.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Portal de Compras da Cipemac, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou descontos ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.11. Ao efetuar o cadastro no sistema, a empresa licitante declara sua concordância com os seguintes termos:

3.11.1. Declara que conhece e concorda com todas as regras do edital;

3.11.2. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;

3.11.3. Declaração que até a presente data a inexistência de fatos impeditivos para a habilitação do presente processo licitatório;

3.11.4. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11.5. Declara de enquadramento de ME/EPP/MEI ou não;

3.11.6. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Declaram ainda de forma tácita que:

3.12.1. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.12.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.12.3. Declaro, sob as penalidades da lei, que todos os documentos apresentados pela empresa são autênticos e não foram falsificados de forma alguma. Estou ciente das consequências legais de apresentar documentos falsos e afirma que todas as informações contidas nesses documentos são verdadeiras e precisas;

3.12.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.12.5. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

3.12.6. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.7. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.8. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.9. Durante a etapa de lances, as empresas participantes terão sua identificação em caráter sigiloso, sendo aberto para todos inclusive para o pregoeiro somente ao final da etapa de lances.

3.12.10. Para total cumprimento do envio da Proposta de Preços as Licitantes **deverão** apresentar Planilha Orçamentaria, Planilha do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas), Planilha de Encargos Sociais; Cronograma de Execução Físico Financeiro e Composição de Preços Unitários.

3.12.11. Será desclassificada a licitante que não enviar a proposta de preço nos termos disposto no subitem 3.12.10.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote (Lote Único).

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, torna-se imperativa a realização de negociações visando à obtenção de condições mais favoráveis, as quais poderão equivaler ou ser inferior ao montante estimado.
- 5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.6. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. Contenha vícios insanáveis;
 - 5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item 9 do Projeto Básico, e deverão ser anexos juntamente com a proposta dentro do sistema antes da data marcada para a abertura da sessão.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

7.5.1. O contrato se aplica à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

7.5.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

8.5. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica/pessoa física, com ou sem a participação de agente público

8.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.10. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º).

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

8.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

9.1. Informações complementares poderão ser obtidas junto à CONTRATANTE a partir da divulgação da Dispensa Eletrônica. Qualquer dúvida deverá ser direcionada por meio do seguinte e-mail: cplcipemac.macapa@hotmail.com, assegurando, dessa forma, a formalidade do documento para ambas as partes.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2. No caso do subitem 10.1.2 a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.4. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

10.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.8. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II – Planilha Orçamentária com os quantitativos dos Serviços;

Anexo IV – Minuta do Contrato.

Macapá/AP, 22 de abril de 2024.

SÉRGIO DA SILVA PIMENTEL
Pregoeiro CPL/CIPEMAC

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

Processo 1Doc nº:	2.123/2024
Setor Requisitante:	Coordenadoria de Iluminação Pública e Energia Sustentável
Objeto:	Contratação emergencial de empresa especializada em serviços de manutenção de Parques de Iluminação Pública para atender as necessidades do município de Macapá/AP, compreendendo a reposição de lâmpadas e luminárias com defeito através de manutenção ou substituição parcial/total de seus componentes.
Responsável Técnico:	Gabriel Guedes Chaves
Cargo/Função:	Engenheiro Eletricista – CREA - 0315464542/AP

1. ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

1.1. Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC.

2. OBJETO

2.1. Contratação emergencial de empresa especializada em serviços de manutenção de Parques de Iluminação Pública para atender as necessidades do município de Macapá/AP, compreendendo a reposição de lâmpadas e luminárias com defeito através de manutenção ou substituição parcial/total de seus componentes.

2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço.

2.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

2.4. O contrato terá vigência pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, respeitado o limite previsto no inciso VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2.6. Os serviços relativos ao objeto contemplam as seguintes atividades:

- 2.6.1.** Substituição de lâmpadas queimadas ou em fim de vida útil;
- 2.6.2.** Substituição de reatores eletromagnéticos queimados ou em fim de vida útil;
- 2.6.3.** Substituição de conectores;
- 2.6.4.** Substituição de relés queimados;
- 2.6.5.** Substituição de soquetes;
- 2.6.6.** Substituição de cabos de cobre;
- 2.6.7.** Substituição de luminárias convencionais para lâmpadas de descarga, abertas ou fechadas;
- 2.6.8.** Substituição de luminárias de LED queimadas ou com mau funcionamento;
- 2.6.9.** Substituição de braços avariados ou de tamanho incompatível com a via;
- 2.6.10.** Reposição de equipamentos e/ou circuitos exclusivos de IP, avariados, vandalizados ou furtados;
- 2.6.11.** O atendimento a pontos de IP apagados tanto na área urbana quanto rural, incluindo as ilhas;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

2.6.12. Estabelecer um período de garantia para manutenção e correções pós-execução.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Como é de conhecimento público, a iluminação pública é sinônimo de urbanidade, cidadania e segurança, funcionando como um passaporte para que todos os cidadãos possam circular à noite. Uma iluminação pública de qualidade é necessária para que as pessoas possam circular com tranquilidade pelas cidades. Além de oferecer conforto, ela diminui casos de violência nas ruas, além de melhorar a visibilidade e, com isso, a segurança no trânsito.

3.2. A iluminação passou a fazer parte de nossa vida de maneira tão intensa que é difícil pensarmos no mundo sem ela. As residências, lugares turísticos, ruas urbanas. Tudo requer uma iluminação de qualidade. Principalmente este último ponto. A iluminação urbana está atrelada à segurança nas cidades. Afinal, ninguém gosta de ruas mal iluminadas.

3.3. Sob o ponto de vista constitucional, a prestação dos serviços públicos de interesse local – dentre os quais se insere a Iluminação Pública – é de competência dos municípios. Por se tratar também de serviço que requer o fornecimento de energia elétrica, está submetido – neste particular – à Legislação Federal.

3.4. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a Iluminação Pública previne a criminalidade, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens, facilita a hierarquia viária, orienta percursos e aproveita melhor as áreas de lazer.

3.6. A melhoria da qualidade dos sistemas de iluminação pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer noturno, ampliando a cultura do uso eficiente e racional da energia elétrica, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população.

3.7. Na cidade de Macapá a iluminação pública é de responsabilidade da Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC, que tem tentado cumprir sua função institucional, visando manter iluminado o parque de iluminação pública, além de promover a implantação de novos pontos por toda a cidade, buscando sempre a efficientização energética, com a substituição gradativa das lâmpadas de vapor por led.

3.8. O presente projeto básico tem como objetivo apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para descrever e caracterizar os serviços eventuais das atividades relativas à iluminação pública do município de Macapá - AP, da forma caracterizada no objeto do Aviso de Dispensa de Licitação (Edital) a ser lançado por esta autarquia municipal, visando celebração de Termo de Contrato Emergencial a ser firmado com a empresa que apresentar menor preço para a execução das atividades da Planilha Orçamentária.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.1. O sistema de Iluminação Pública do município de Macapá, Estado do Amapá apresenta as seguintes características:

4.1.1. Número de luminárias instaladas: 45.607

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

4.1.2. Luminárias: a maior parte do parque inda são abertas, com um percentual menor de luminárias fechadas e de LED;

4.1.3. Lâmpadas: predominantemente a vapor metálico e de sódio;

4.1.4. Reatores: eletromagnéticos de baixa perda e alto fator de potência uso externo;

4.1.5. Acionamentos individuais através de relé fotoeletrônico ou Comando em grupo. Os materiais existentes no município estão descritos abaixo:

- Parafuso de máquina de ferro galvanizado a fogo com porca e arruela;
- Cintas de ferro galvanizados a fogo circulares ou quadrados;
- Braços de iluminação padronizados e fora de padrão;
- Base para relé e relés fotoeletrônicos, fotoelétricos e chaves magnética;
- Luminária fechada/aberta em corpo de alumínio.
- Reator externo/ interno.
- Ignitor/ capacitor.
- Predominância de Lâmpadas VME/VSO/VMT nas seguintes potências: 70W, 125W, 150W, 250W, 400W e 1.000W;
- Luminária de LED (light-emitting diode) 30W, 60W, 80W, 100W, 150W, 180W, 200W;
- Postes de ferro com 8,00M, 9,00M, 12,00M, 14,00M metros;
- Projetor com tecnologia LED (light-emitting diode) 150W, 200W, 300W;
- Braços duplos para poste de ferro.
- Braços quádruplo para poste circular de concreto/ ferro.
- Suporte Central Simples, duplo e triplo.
- Transformadores trifásicos de energia.
- Redes abertas, multiplexadas e subterrâneas com estrutura antifurto.

4.2. Cerca de 80% das unidades de iluminação pública estão instaladas em ponta de braços, em postes da Concessionária e as demais estão instaladas em avenidas, praças, arenas esportivas, monumentos, prédios históricos ou outros logradouros públicos, em postes específicos para iluminação pública, ou ainda em unidades subterrâneas.

4.3. Os sistemas de proteção e comando são efetuados por relés fotoelétricos ou fotoeletrônicos, chaves magnéticas de iluminação pública e quadros de proteção e comando.

4.4. Os circuitos das unidades de iluminação não instalados nos postes da concessionária são subterrâneos ou embutidos em eletrodutos.

4.5. Para um atendimento satisfatório de todo o sistema de iluminação pública do município de Macapá, Estado do Amapá, os serviços serão considerados únicos e interligados, dependentes entre si e executados de forma continuada.

5. DEFINIÇÕES E NORMAS

5.1. Por unidade de iluminação pública (IP) entenda-se uma luminária ou projetor, completo com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento.

5.2. O número de unidades de iluminação deve ser permanentemente atualizado para suprimir as unidades retiradas e acrescentar as unidades instaladas no mês.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

5.3. Aplicam-se a este termo de referência e à execução do objeto a ser contratado as prescrições normativas abaixo em suas versões vigentes ou nas que virem a substituí-las:

- ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 5419: Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- ABNT NBR 5101: Iluminação Pública – Procedimento;
- ABNT NBR 5111: Fios de cobre nus, de seção circular, para fins elétricos;
- ABNT NBR 5123: Relé fotocontrolador intercambiável e tomada para iluminação — Especificação e ensaios;
- ABNT NBR 5460: Sistemas Elétricos de Potência;
- ABNT NBR 6323: Galvanização por imersão a quente de produtos de aço e ferro fundido - Especificação;
- ABNT NBR 6524: Fios e cabos de cobre duro e meio duro com ou sem cobertura protetora para instalações aéreas;
- ABNT NBR 7270: Cabos de alumínio nus com alma de aço zincado para linhas aéreas – Especificação;
- ABNT NBR 7288: Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV – Especificação;
- ABNT NBR 8182: Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR 10296: Material isolante elétrico — Avaliação da resistência ao trilhamento e erosão sob condições ambientais severas;
- ABNT NBR 10298: Cabos de liga alumínio-magnésio-silício, nus, para linhas aéreas — Especificação;
- ABNT NBR 13570: Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos;
- ABNT NBR 14744: Poste de aço para iluminação;
- ABNT NBR 15129: Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares;
- ABNT NBR 15465: Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão — Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR 15688: Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus;
- ABNT NBR IEC 60529: Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP);
- ABNT NBR IEC 60598: Luminárias;
- ABNT NBR IEC 61439-1: Conjuntos de manobra e comando de baixa tensão – Parte 1: Regras gerais;
- ABNT NBR NM 247-3: Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Parte 3: Condutores isolado (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);
- ABNT NBR NM 280: Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD);
- ABNT NBR NM 60335-1: Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares – Parte 1: Requisitos gerais;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- ABNT NBR NM IEC 60332-3: Métodos de ensaios para cabos elétricos sob condições de fogo – Parte 3;
- EN IEC 61000-3-2: Electromagnetic compatibility (EMC) - Part 3-2: Limits - Limits for harmonic current emissions (equipment input current ≤ 16 A per phase);
- IEEE ANSI C37.20.1 - METAL-ENCLOSED LOW-VOLTAGE (1000 VAC AND BELOW, 3200 VDC AND BELOW) POWER CIRCUIT BREAKER SWITCHGEAR).

5.4. Aplicam-se ainda as normas e disposições da Concessionária de Energia Elétrica, bem como o disposto nas Resoluções Normativas nº 1.000 e 888 da ANEEL e na Portaria nº 62 de 17 de fevereiro de 2.022 do INMETRO.

6. MANUTENÇÃO DE ROTINA E EMERGENCIAL

6.1. Manutenção de rotina e emergencial em luminárias convencionais ou de led, sua alimentação e seus suportes com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais em Iluminação Pública, compreende, prevê, determina, estabelece:

6.1.1. O conjunto de atividades descritas na planilha orçamentária representam as ações de manutenção de rotina e de emergência, corretivas e preventivas de todo o parque de iluminação pública do município;

6.1.2. Estão previstos no valor apresentado toda a mão de obra, equipamentos, veículos e materiais necessários para a execução dos serviços;

6.1.3. O Município pagará o valor fixo unitário por atividade executada durante toda a vigência do Contrato para os serviços descritos em planilha, cabendo à CONTRATADA a execução completa das atividades estabelecidas em planilha, materiais necessários para se reestabelecer o funcionamento e operação do ponto de iluminação;

6.1.4. A retirada de estrutura, recolhimento e isolamento dos equipamentos em virtude de vandalismo, abaloamento, intempéries, corrosão ou desgaste natural, nos eventuais casos em que haja a necessidade;

6.1.5. Serviço simples de poda de galhos, quando necessário para a execução da manutenção;

6.1.6. Os serviços serão executados em ruas, avenidas, praças, arenas esportivas, no centro e nos bairros, bem como em localidades rurais e arquipélagos de acordo com as solicitações municipais ou demandas registradas no software de teleatendimento com os seguintes prazos:

- a) Pontos centrais ou solicitações de urgência da administração municipal em 48 horas

6.1.7. Vale salientar ainda que os prazos estabelecidos passam a contar a partir da solicitação e correm de forma contínua independente de fins de semana ou feriados.

6.1.8. A CONTRATADA é responsável pela destinação final de todo o material ou sucata retirada do sistema de iluminação pública do município, após a FISCALIZAÇÃO autorizar o descarte.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

6.1.9. A CONTRATADA fica livre para realização de rondas para antecipação das solicitações de manutenção dos municípios;

6.1.10. A CONTRATADA deverá providenciar a manutenção do cadastro georreferenciado e identificação dos pontos de IP, mantendo atualizados os dados cadastrais atualizando as melhorias sempre que necessário. São exemplos destes serviços a substituição de plaqueta perdida ou removida por qualquer que seja o motivo; refazer a fixação de plaqueta que se encontrar solta ou frouxa, entre outros, cuja remuneração está prevista na planilha orçamentária.

6.1.11. Todos os serviços de manutenção deverão ser registrados em software de gestão ou, na eventual indisponibilidade, em ficha de serviço, conforme padrão adotado pelo Município, e lançados em até 24 horas após a execução no software.

6.1.12. A CONTRATADA deverá manter as equipes operacionais de campo para atendimento às ocorrências no sistema de IP, de segunda à sexta, em horário diurno e/ou noturno que permita o atendimento das ocorrências nos prazos estabelecidos nesse Termo de Referência. Deverá ainda disponibilizar, no mínimo, 01 (uma) equipe composta de 02 (dois) funcionários em regime permanente de plantão, para atendimento de ocorrências emergenciais nos finais de semana e no período noturno, assim como o levantamento de serviços quando solicitadas pelo Município.

6.1.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada equipe de trabalho um aparelho de telefonia móvel, para que a FISCALIZAÇÃO possa entrar em contato, com o intuito de manter-se informada da execução dos serviços e para que a equipe possa comunicar-se com a fiscalização.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Fica a critério Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC, definir os critérios de fiscalização da CONTRATADA de acordo com a necessidade, devendo esta permitir tais atividades, facilitando o acesso às suas dependências, veículos e pessoal.

7.2. A atuação da CIPEMAC em nada restringe ou isenta a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações.

7.3. A Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC poderá rejeitar os serviços executados pela CONTRATADA, no todo ou em parte, em função de inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.

7.4. Sem prejuízos de outras atribuições inerentes a função, a fiscalização da CIPEMAC poderá sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas ou com as normas estabelecidas;

7.5. A fiscalização poderá recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;

7.6. A aceitação por parte da fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- 7.7.** A contratada deverá designar um Engenheiro Eletricista devidamente registrado no CREA/PA para ser o Responsável Técnico e/ou Operacional dos Serviços requeridos no Objeto;
- 7.8.** Verificar a conformidade dos serviços ou produtos entregues com o que foi estabelecido neste Termo e/ou no Contrato;
- 7.9.** A fiscalização deverá identificar proativamente quaisquer riscos associados à execução do contrato, tomando medidas preventivas quando necessário.

8. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 8.1.** A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, será realizada em caráter emergencial, por dispensa de licitação, e está fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 8.2.** Visando dar mais lisura na escolha do fornecedor, a dispensa emergencial pretendida deverá ser realizada de forma eletrônica, no portal de licitações da Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC (www.licitacipemac.com.br).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

- 9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 78, parágrafo único do Decreto 2.994/2023 – PMM, pelo critério de menor preço, mediante o atendimento das condições previstas neste instrumento.
- 9.2.** A escolha pela contratação direta de forma emergencial se dá, considerando que esta autarquia não dispõe de nenhum contrato em vigor para atendimento dessa demanda e, por se tratar de serviços considerados essenciais para a população, na qual se impõe a urgência no atendimento dessa situação, por parte do Poder Público, haja vista que pode ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- 9.3.** A contratação emergencial se afigura como a única solução capaz de atender à situação apresentada, até que seja realizada a competente licitação para contratação desses serviços.
- 9.4.** Para fins de habilitação, a Empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- 9.4.1.** Cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - 9.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - 9.4.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
 - 9.4.4.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 9.5.1.** Cédula de identidade do sócio administrador ou representante legal da empresa;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

9.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sobre o domicílio da sede da LICITANTE.

9.6.2. Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica – onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela LICITANTE;

9.6.3. Qualificação Técnico-Operacional:

9.6.3.1. Certidão de Registro/regularidade de pessoa jurídica perante o Conselho de Classe comprovando exercer atividade semelhante ao objeto na qual constem todos os seus responsáveis técnicos. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato.

9.6.3.2. Comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de anotações de responsabilidade técnica (ARTs) acompanhado de certidões de acervo técnico (CATs), expedidas pelo Conselho de Classe, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), comprovando aptidão no desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste instrumento, das partes de maior relevância:

I. Execução de manutenção de no mínimo 22.000 pontos de sistemas de IP, com fornecimento total de materiais, em redes elétricas com sistema de alimentação aérea e subterrânea.

II. Fornecimento e instalação de luminárias LED de no mínimo 250 pontos.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

III. Disponibilidade Operacional para 5.000 pontos de iluminação em parques de IP.

9.6.3.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, comprovando que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente no desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste instrumento, das partes de maior relevância, sendo:

I. Execução de manutenção em sistemas de IP, com fornecimento total de materiais, em redes elétricas com sistema de alimentação aérea e subterrânea.

II. Fornecimento e instalação de luminárias LED.

III. Disponibilidade Operacional para manutenção em pontos de iluminação em parques de IP.

9.6.3.4. Apresentar atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços;

9.6.3.5. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com MARCA TEXTO os itens que comprovarão as exigências, bem com listá-los com as respectivas páginas, para fins de facilitar a comprovação da técnica.

9.7. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.7.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.7.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.7.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

9.7.6. Prova de regularidade com o Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.7. Declaração que o licitante não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.7.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.8.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, em conformidade com o art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

9.8.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.8.3. Apresenta declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos.

9.8.4. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.8.5. As empresas deverão apresentar o capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, do item pertinente ou da proposta vencedora, em conformidade com o art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021.

9.9. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS:

9.9.1. O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 aduz que o órgão promotor da licitação justifique a vedação da participação de consórcios. Avaliou-se que a contratação pretendida não vislumbra a possibilidade de participação de empresas em consórcio, seguindo o previsto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021;

9.9.2. Dentre as razões que conduziram a Administração pela não permissão da participação na licitação de empresas sob a forma de consórcios, encontram-se: a grande dificuldade de supervisão e de gerenciamento, os custos decorrentes desse gerenciamento, como também, referentes às possíveis paralisações que poderão ser verificadas em função do enfretamento dessas dificuldades e, além disso, das próprias características dos serviços que serão realizados em regiões de difícil acesso e de poucos recursos, com problemas públicos e notórios quanto a segurança;

9.9.3. Além disso, o objeto da licitação é composto por serviços sistêmicos, que se imbricam e se interligam entre si, formando um todo indissociável, não podendo, por conseguinte, serem contratados em separado, sob pena de prejuízos técnicos e financeiros para a Administração;

9.9.4. Outro ponto importante é necessidade de uniformização dos serviços produzidos, sendo que tal feito somente pode ser possível se o responsável por sua

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

elaboração seja único, pois é incontestável que cada empresa tem a liberdade para adotar a tecnologia proposta, como solução adequada ao caso, de modo que, havendo várias empresas, as quais podem não ser compatíveis ou interligáveis, causando prejuízos ao serviço público;

9.9.5. Dessa maneira, dadas as peculiaridades, a dimensão, as quantidades, as diversidades desses serviços, alguns bastantes específicos, que compõem o objeto dessa licitação, por esses motivos, dentre tantos, podendo até termos esquecidos de algum, mas para não sermos mais prolixos, temos que a vedação ao consórcio, no caso concreto, se faz vantajosa e amplia a competição, tendo sido a regra geral não tão somente neste Município, mas na grande maioria das contratações no âmbito das Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais.

10. VALOR ESTIMADO / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

10.1. O valor máximo que a CIPEMAC pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado na sessão pública imediatamente após o encerramento o recebimento dos envelopes, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelo Licitante, em lote único conforme segue:

10.1.1. LOTE ÚNICO: orçamento sigiloso.

10.1.1.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, em conformidade com o que dispõe o art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1.2. A justificativa para a adoção dessa medida encontra amparo legal na própria lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), que elenca, em seu art. 18, a liturgia procedimental que deverá ser adotada na fase preparatória de uma licitação.

10.1.1.3. Dentre elas está a elaboração do orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 do referido diploma legal. (alínea f do art. 6º da NLLC).

10.1.1.4. No entanto, a nova lei de licitação não exige que a Administração faça constar no edital o orçamento estimado da contratação, sendo que a própria Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos traz a possibilidade de o orçamento estimado possuir caráter sigiloso, desde que devidamente justificado sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

10.1.1.5. O instituto do orçamento sigiloso tem, via de regra, a função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, sendo também uma forma de combater os carteis e os conluíus entre as licitantes.

10.1.1.6. A grande vantagem é que, quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas licitantes deverão apresentar sua proposta com base em suas

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as licitantes tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação.

10.1.1.7. O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração.

10.1.1.8. Como já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária, medida a ser afastada quando não tiver o condão de atrair melhores propostas.

10.1.1.9. Todavia, a própria Corte de Contas recomenda, no Acórdão 3011/2012 – Plenário, que em obras mais complexas, com prazo curto e cuja parcela relevante não possua referencial no Sinapi ou Sicro, o orçamento sigiloso deve ser ponderado, assim como a utilização do instituto deve ser relativizada quando não há referências oficiais de preços para obras complexas, como as obras portuárias e aeroportuárias (Acórdão 1541/2014 – Plenário). O que não é o caso do objeto a ser contratado.

10.1.1.10. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa da fase de disputa.

10.1.1.11. É, portanto, recomendável sua utilização quando lastreada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

10.1.2. Eventuais serviços não contemplados na tabela SINAPI, quando necessários, deverão ser obtidos através de composições, sendo que os preços dos insumos serão os preconizados na Tabela SINAPI sempre que possível. Quando não for possível, deverá ser efetuada pesquisa de mercado.

10.1.3. Para elaboração da planilha orçamentária, foram consideradas as diretrizes da norma da ABNT NBR 5891:1977 para as questões de arredondamento.

10.1.4. Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, EPI's, EPC's, alimentação, transporte, lucro, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico.

10.1.5. As Composições de Preço Unitário são parte indissociável deste Termo de Referência e tornar-se-ão a fonte de elucidação de dúvidas quanto às responsabilidades materiais e financeiras da CONTRATADA.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes com a contratação dos serviços objeto deste Projeto Básico ocorrerão por conta do Orçamento-Programa da Companhia de Iluminação

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

Pública, Energia Sustentável e Saneamento do Município de Macapá – CIPEMAC, devidamente alocada para esta finalidade.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal e/ou Fatura, devidamente atestada pela CIPEMAC.

12.2. Os pagamentos, se processarão após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Planilha Orçamentária (Orçamento Sintético) e demais documentos inerentes ao Processo.

11.3. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal na qual deverá constar indicação do número do Boletim de Medição aprovado pela CIPEMAC, através de depósito em conta bancária de titularidade da empresa, sendo vedada à emissão de títulos ou boletos por ela.

11.4. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais ou implicará na aceitação dos serviços.

13. DO PRAZO

13.1. O prazo de vigência do Contrato inicia em XX/XX/202X e termina em XX/XX/202X, compreendendo 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

13.1.1. O prazo de vigência do contrato será sumariamente extinguido quando o processo de licitação, ainda em fase interna de desenvolvimento, tiver uma empresa vencedora e o contrato for assinado, com publicidade prevista em lei.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A empresa CONTRATADA deverá atender aos procedimentos da Concessionária Local, bem como estar devidamente autorizada a exercer todas as atividades objetos desta contratação, dentro do prazo de assinatura do Contrato, e durante todo o período de execução.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a comunicar ao Município de Macapá todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

14.3. A CONTRATADA fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho segundo as normas: NR-6, NR-7, NR-9, NR-10, NR-12, NR-35.

14.4. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos trabalhos.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

14.5. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa elaboração e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da sua realização incorreta.

14.6. A CONTRATADA é obrigada a zelar pelo patrimônio público municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

14.7. A CONTRATADA é responsável em fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene no trabalho.

14.8. A CONTRATADA deverá efetuar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, perante o CREA-AP, imediatamente após a assinatura da Ordem de Serviço. Empresas de outros Estados da Federação deverão fazer o registro no CREA-AP até a assinatura do Contrato apresentando no momento do certame o visto provisório emitido pelo CREA-AP.

14.9. Caberá à CONTRATADA comunicar e obter a anuência da FISCALIZAÇÃO, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos, Polícia Militar do Estado, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia, TV a cabo, rodovias e demais, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos. A responsabilidade de solicitar os serviços de apoio será da CONTRATADA.

14.10. Apresentar Certidão, licença ou autorização ambiental do município sede da empresa CONTRATADA, atestando o desenvolvimento regular de sua atividade.

14.11. Apresentar declaração de disponibilidade de equipe e veículos operacionais em quantidades compatíveis com a execução do objeto.

14.12. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços.

14.13. Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação.

14.14. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

14.15. Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem a anuência previa do município.

14.16. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

14.17. Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

14.18. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes deste Termo de Referência.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- 14.19.** Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto;
- 14.20.** Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 14.21.** Fornecer todo o equipamento necessário para o bom desempenho do Contrato, EPIs, equipamentos, veículos, maquinários, etc.
- 14.22.** Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;
- 14.23.** Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria (s);
- 14.24.** Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da CIPEMAC;
- 14.25.** Permitir o livre acesso da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas;
- 14.26.** Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA/CAU, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na CIPEMAC;
- 14.27.** Prestar à CIPEMAC informações e esclarecimento que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do objeto licitado;
- 14.28.** Apresentar comprovação e dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão de obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;
- 14.29.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, durante a vigência do Contrato.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.** Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Termo de Referência e nos seus anexos;
- 15.2.** Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Termo de Referência;
- 15.3.** Reter a contribuição devida ao INSS, calculada sobre o valor da Nota Fiscal ou da Fatura inerente a prestação de serviços de acordo com a Lei Federal nº 9.711/98;
- 15.4.** O tomador ficará dispensado de efetuar a retenção e o prestador de registrar o destaque da retenção na nota fiscal quando os serviços prestados não estejam relacionados no artigo 117 e 118 da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, para isso o prestador de serviços deverá:
- a) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a efetivação dos recolhimentos, bem assim a documentação da relação laboral;
- b) apresentar mensalmente cópia da GPS referente ao recolhimento do mês anterior;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

15.5. Reter o correspondente devido a título de ISS, calculado sobre o valor global da Nota Fiscal/Fatura.

16. ALTERAÇÕES

16.1. O contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

17. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

17.1. O contrato, poderá ser extinto quando ocorrerem situações previstas na Lei nº 14.133/2021;

17.2. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de referência, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

17.3. A extinção do prazo de vigência do presente contrato, dará ensejo à sua rescisão;

17.4. A CONTRATADA deve emitir declaração de que todas as obrigações contratuais foram cumpridas até a data da rescisão, ou detalhamento das obrigações pendentes e as condições acordadas para seu cumprimento, cabendo única e exclusivamente à CONTRATANTE a aprovação deste documento, que será juntado ao termo de rescisão contratual.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A fiscalização será exercida por servidores da CIPEMAC, nomeado(s) através de Portaria expedida pela mesma, os quais a representarão perante a CONTRATADA.

18.2. Aplicam-se, no que couber, a disposição constante da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do consumidor.

18.3. O Contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendido a conveniência do CONTRATANTE, recebendo o CONTRATADO o valor correspondente ao objeto executado, bem como de forma imediata e independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial.

18.4. O Contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei.

18.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência da totalidade dos serviços da execução do objeto, a terceiro. A subcontratação parcial apenas será aceita com prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão.

18.6. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do Contrato, serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativo.

19. DOS ANEXOS

19.1. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

19.1.1. Planilha Orçamentária;

19.1.2. Orçamento Sintético;

19.1.3. Encargos Sociais;

19.1.4. Benefícios e despesas indiretas;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

- 19.1.5.** Composição de preços;
- 19.1.6.** Cronograma Físico-Financeiro;
- 19.1.7.** Resumo de Cadastro por bairro;
- 19.1.8.** Resumo dos Custos de Manutenção;
- 19.1.9.** Resumo das Manutenções.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM OS QUANTITATIVOS

Serviço	Código	Base	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit c/ BDI
			CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE IP, COMPREENDENDO A REPOSIÇÃO DE LÂMPADAS E LUMINÁRIAS COM DEFEITO ATRAVÉS DE MANUTENÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO PARCIAL/TOTAL DE SEUS COMPONENTES.			
			MUNICÍPIO DE MACAPÁ - ZONA URBANA, RURAL E ILHAS			
	SERVIÇO 1		SERVIÇOS ADICIONAIS: MANUTENÇÃO GERAL			
1.1	CPU-1.1	SINAPI	PODA DE ÁRVORE PARA DESOBSTRUÇÃO DE LUMINÁRIAS (INCLUI DESCARREGAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DA VEGETAÇÃO REMOVIDA)	UN	97	
	SERVIÇO 2		SERVIÇOS DE FINALIZAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL			
2.1	CPU-2.1	SINAPI	LIMPEZA, REUSO E DESCARTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO RETIRADOS	UN	9.745	
	MANUT 1		MANUTENÇÃO HID E LED			
3.1	CPU-3.1	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE REATOR INTERNO OU EXTENO, PARA LÂMPADA DE DESCARGA (HID), DE 70W A 1.000W	UN	1.805	
3.2	CPU-3.2	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA DE DESCARGA (HID), DE 70W A 1.000W	UN	3.159	
3.3	CPU-3.3	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000W	UN	1.949	
3.4	CPU-3.4	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE BASE PARA RELÉ, TIPO EXTERNO OU ACOPLADO À LUMINÁRIA	UN	705	
3.5	CPU-3.5	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE SOQUETE (BOCAL) PARA LÂMPADA E-40 OU E-27	UN	290	
3.6	CPU-3.6	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE CONECTOR TIPO CUNHA OU PERFURANTE	UN	3.898	
3.7	CPU-3.7	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE CABO PP 2X1,5MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5	M	1.952	
3.8	CPU-3.8	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE CABO PP 3X1,5MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5	M	968	
3.9	CPU-3.9	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE CINTA, PARAFUSO OU FERRAGENS DE BT/AT	UN	136	
3.10	CPU-3.10	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE CHAVE DE COMANDO EM GRUPO (CHAVE DE IP), DE 30 A 120A	UN	18	

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

3.11	CPU-3.11	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,00M A 5,00M	UN	136	
3.12	CPU-3.12	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA ABERTA/FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GRAU DE PROTEÇÃO IP ATÉ 65	UN	136	
3.13	CPU-3.13	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 60W A 150W	UN	141	
3.14	CPU-3.14	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE DPS EM LUMINÁRIA OU PROJETO DE LED - 10 A 45kA / 200 A 380V - LIGAÇÃO EM SÉRIE	UN	425	
3.15	CPU-3.15	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE DRIVER EM LUMINÁRIA OU PROJETO DE LED - DE 30 A 1.200W	UN	219	
3.16	CPU-3.16	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO DE MÓDULO EM LUMINÁRIA OU PROJETO DE LED - DE 30 A 1.200W	UN	70	
	MANUT 2		MANUTENÇÕES PESADAS			
4.1	CPU-4.1	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 2,5MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	1.200	
4.2	CPU-4.2	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 4,0MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	900	
4.3	CPU-4.3	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 6,0MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	600	
4.4	CPU-4.4	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 10,0MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	450	
4.5	CPU-4.5	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 16,0MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	300	
4.6	CPU-4.6	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CABO SINGELO 25,0MM ² PCV 0,6/1,0kV CLASSE 5 - EM DUTOS APARENTES, SUBTERRÂNEOS OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	150	
4.7	CPU-4.7	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE ELETRODUTO 3/4" A 2" DE PVC RÍGIDO OU PEAD - APARENTE OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	300	

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

4.8	CPU-4.8	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE ELETRODUTO 3/4" A 2" DE FERRO GALVANIZADO PESADO - APARENTE OU DIRETAMENTE NO SOLO	M	90	
4.9	CPU-4.9	SINAPI	SUBSTITUIÇÃO OU REPOSIÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO ARMADO, DE 30 A 80CM, COM TAMPA	UN	25	
4.10	CPU-4.10	SINAPI	ENVELOPAMENTO DE CAIXAS E CIRCUITOS COM CONCRETO USINADO C20	M3	10	
	LOC EQP 1		LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
5.3	CPU-5.3	SINAPI	LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE MÉDIO PORTE - COM TRIPULAÇÃO MÍNIMA E COMBUSTÍVEL	H	30	

TOTAL GERAL COM LS = XX,XX% E SEM BDI	
PARCELA REFERENTE AO BDI XX,XX%	
TOTAL GERAL COM LS = XX,XX% - SEM DESONERAÇÃO - E BDI = XX,XX%	

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024-CIPEMAC/PMM

**MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA, ENERGIA SUSTENTÁVEL E
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE
MACAPÁ CIPEMAC/PMM, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.**

A **COMPANHIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ENERGIA SUSTENTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ – CIPEMAC/PMM**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.314.555/0001-86, situada na Avenida José Antônio Siqueira, nº 875, bairro Laguinho, Macapá, Estado do Amapá – CEP 68.908-193, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **JOSÉ ELIA DE SOUZA RIGAMONTI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF (MF) nº 411.194.012-91, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXX – CEP XXX, neste ato representada por seu Representante Legal, **XXXXXXXXXXXXX**, xxx, xxx, xxx, portador do RG nº xxx, expedido pela xxx, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Contrato Administrativo, sujeitando-se às normas da legislação em vigor e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. A presente contratação rege-se pela Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 3.182/2016, Decreto Municipal nº 2.994/2023, Dispensa Eletrônica nº XXX/2023-CPL/CIPEMAC, Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024, bem como demais legislações vigentes e aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. O presente Contrato Administrativo tem como objeto a contratação **EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PARQUES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**, conforme descrições e condições previstas neste instrumento contratual, sendo parte integrante do Edital de Dispensa Eletrônica do certame licitatório, do Projeto Básico e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste Contrato inicia em XX/XX/202X e termina em XX/XX/202X, compreendendo 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Para efeito legal, o valor global deste Contrato é de R\$ xxxx (xxxxxxxxxxxxx).

4.2. As despesas decorrentes deste Contrato Administrativo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: XXXXXXXXXXXX

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXX

Função: XXXXXXXXXXXX

Projeto de Atividade: XXXXXXXXXXXX

Ficha: XXXXXXXXXXXX

Natureza: XXXXXXXXXXXX

Fonte de Recursos: XXXXXXXXXXXX

4.3. Nos exercícios financeiros seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo-quinto) dia, mediante efetiva execução dos serviços, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, a contar do recebimento do competente documento fiscal, e será processado mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA e por ela informada, conforme dados abaixo, nos termos da legislação vigente:

Banco xxxxxxxxxxxx (xxx)

Agência xxx

Conta Corrente xxxx

5.2. O pagamento também fica condicionado ao aceite e atesto por Servidor/Comissão designado para esse fim, observadas todos os quesitos contidos neste contrato, bem como todas as retenções tributárias e/ou comprovação do recolhimento das contribuições sociais e comprovação da Regularidade Trabalhistas, e demais pertinentes para habilitação da CONTRATADA, quando for o caso;

5.3. Fica reservado à CONTRATANTE, o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou aceitação dos produtos ou serviços, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas no presente instrumento;

5.4. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujo valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança;

5.5. No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição de excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição citada, nos termos da lei.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

5.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente com a CONTRATANTE em desfavor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

5.7. Não será permitido o pagamento antecipado referente a execução dos serviços deste contrato e seus anexos, conforme art. 62 e 63 da Lei nº 4.230/64;

5.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela CONTRATANTE;

5.9. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidos neste instrumento e seus anexos, aplicando-se também a eventuais subcontratações referentes a prestação de serviços e aquisição de produtos, caso ocorra.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. O regime de execução do presente Contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A CONTRATADA só poderá subcontratar até 30% (trinta por cento) do objeto dessa licitação. Neste caso, as obrigações assumidas pela CONTRATADA principal não eximem de seus deveres em detrimento da subcontratação perante a Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC/PMM;

7.2. Para que haja subcontratação deve haver anuência prévia da CONTRATANTE, verificando se a Empresa que vai realizar os trabalhos tem capacidade técnica e infraestrutura compatível com o objeto licitado, para que a qualidade e pontualidade seja equivalente a CONTRATADA principal;

7.3. A Empresa subcontratada deverá observar as obrigações da CONTRATADA principal e cumprir com todas as exigências de igual forma.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Das obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

8.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

8.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

8.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

8.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.1.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.1.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.11.2. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8.1.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

8.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

8.2.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.2.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.2.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.2.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

8.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.2.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

8.2.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

8.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

8.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.2.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.2.23. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

8.2.24. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

8.2.25. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

8.2.26. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

8.2.27. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n. 6.496/77);

8.2.28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.2.29. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.2.30. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.2.31. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.2.32. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.2.32.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.2.32.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

8.2.32.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

8.2.32.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.2.33. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.2.33.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.2.33.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.2.33.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

8.2.33.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.2.33.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.2.33.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.2.33.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.2.33.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.2.34. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.2.34.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.2.34.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.2.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

8.2.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

8.2.37. No caso de execução de obra:

8.2.37.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

8.2.37.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

8.2.38.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

8.2.38.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

8.2.38.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

8.2.38.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

8.2.38.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1. Para qualquer uma das intervenções realizadas pela Empresa Contratada, em qualquer um dos tipos de serviços elencados no Projeto Básico, será dada pela mesma garantia mínima dos materiais, ou seja, caso venha a ocorrer defeito igual ao anterior, com a aplicação do mesmo tipo de material, a Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC/PMM não realizará o pagamento da segunda intervenção, desde que se dê dentro do prazo de garantia dos materiais aplicados.

9.2. Também será de responsabilidade da Empresa Contratada a manutenção das novas instalações realizadas no Sistema de Iluminação Pública. Essas instalações correspondem às expansões e melhoramentos durante o período de vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

10.1 A Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável e Saneamento Básico do Município de Macapá – CIPEMAC, designará servidor específico para atuar como Fiscal do Contrato.

10.2. O Fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

10.3. O Fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.5. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2. Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2. Multa de:

11.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e

11.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.3. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 03 (três) anos;

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete à Administração contratante, a aplicação das penalidades previstas no Edital, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nos (itens 12.1 e 12.2.2) caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Consoante o previsto no art. 138 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, o contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2. O descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte da CONTRATADA implica em rescisão contratual, sem prejuízo das sanções de multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.3. O procedimento da rescisão será sumário, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de cinco dias úteis.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, portanto, devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo em casos previstos em lei.

Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2024-CPL/CIPEMAC
Processo Administrativo 1Doc 2.123/2024

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir qualquer dúvida que surgir durante a execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 O presente Contrato deverá ser publicado, divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme manda o art. 94, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes declaram aceitar todas as disposições firmadas, pelo que assinam este Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam o mesmo efeito.

Macapá/AP, XX de XXX de 202X

JOSÉ ELIA DE SOUZA RIGAMONTI
Presidente da CIPEMAC CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX

Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1
NOME:
CPF:

TESTEMUNHA 2
NOME:
CPF: